

Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta: OE202111/0147

Tipo Oferta: Procedimento Concursal para Cargos de Direção

Estado: Activa

Nível Orgânico: Ministério da Agricultura

Organismo: Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Regime: Cargos não inseridos em carreiras

Cargo: Direcção Intermédia de 2º grau

Área de Actuação: Divisão de Investimento da Guarda

Remuneração: 2621,68

Suplemento Mensal: 195.37 EUR

Conteúdo Funcional:

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação: Licenciatura ou superior.

Competência de gestão e coordenação, conforme caracterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na redação atual, e atento o disposto pelo artigo 6.º do Despacho n.º 14092/2012, in DR, de 30 de outubro, conjugado com o estabelecido na alínea b) do artigo 10.º da Portaria n.º 305/2012, de 4 de outubro.

Perfil:

Métodos de Selecção a Utilizar: a) Avaliação curricular;
b) Entrevista pública.

O Júri é constituído de acordo com o estabelecido nas alíneas a) a c) do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na redação atual, e tem a seguinte constituição:

Composição do Júri:

- Eng.ª Ana Maria Duarte Serejo, Diretora de Serviços de Investimento da DRAP Centro, que preside;
- Eng.º Pedro Maria Baptista Lino Caetano, Diretor de Serviços de Investimento da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;
- Professor António José Fonseca Gaiola, da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Guarda	1	Bairro Nossa Senhora dos Remédios	Guarda	6300535 GUARDA	Guarda	Guarda

Total Postos de Trabalho: 1

Requisitos Legais de Provimento: A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social: DR. II, n.º 214, de 4-11 e Diário de Notícias, de 5-11

Apresentação de Candidaturas

Local: Vide ponto 6 do aviso completo.

Formalização da Candidatura: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento em folha de papel normal, dirigido ao Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Centro, podendo ser entregues pessoalmente na sede da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro – Rua Amato Lusitano, Lote 3, 6000-150 Castelo Branco, ou remetidas através de correio registado com aviso de receção, devendo a sua expedição ocorrer até ao termo do prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicitação na Bolsa de Emprego Público, não sendo admitidas candidaturas remetidas por via eletrónica.

Contacto: Paulo Renato Parreira - Téc. Informática da DRH - 239800525

Data de Publicação 2021-11-08

Data Limite: 2021-11-22

Observações Gerais: Aviso

1 – Nos termos do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na redação atual, torna-se público que se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicitação na Bolsa de Emprego Público – BEP, o procedimento concursal para o provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão de Investimento da Guarda.

2 – Legislação aplicável – Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na redação atual, Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação atual, Decreto-Lei n.º 18/2014, de 4 de fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 39/2012, de 11 de abril, Portaria n.º 305/2012, de 4 de outubro, Despacho n.º 14092/2012, in DR, de 30 de outubro de 2012 e Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atual.

3 – Vencimento e condições de trabalho – a remuneração é determinada nos termos do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na redação atual, e as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para o Ministério da Agricultura e o Ministério do Mar.

4 – Local de trabalho – O local de trabalho do cargo de direção intermédia de 2.º grau, para o qual se pretende recrutar, situa-se Bairro da Sr.ª dos Remédios, 6300-535 Guarda.

5 – Requisitos formais de provimento – O recrutamento é feito de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam 4 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

6 – Formalização das candidaturas – As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento em folha de papel normal, dirigido ao Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Centro, podendo ser entregues pessoalmente na sede da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro – Rua Amato Lusitano, Lote 3, 6000-150 Castelo Branco, ou remetidas através de correio registado com aviso de receção, devendo a sua expedição ocorrer até ao termo do prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicitação na Bolsa de Emprego Público, não sendo admitidas candidaturas remetidas por via eletrónica.

6.1 – O requerimento de candidatura deverá conter os seguintes elementos:

- a) Nome, data de nascimento, estado civil, número, data e validade do B.I. /C.C., serviço emissor, número de contribuinte, residência, código postal, telefone e endereço de correio eletrónico;
- b) Experiência profissional com indicação inequívoca do serviço a que pertence, da natureza do vínculo e da antiguidade na categoria/carreira e em funções públicas;
- c) Habilitações literárias.

6.2 – O requerimento de candidatura deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- b) Curriculum vitae, atualizado, datado e assinado, do qual devem constar, especificadamente as tarefas e funções que exerce e as que desempenhou anteriormente e respetivos períodos de exercício, experiência profissional geral e específica, bem como a habilitação académica e a formação profissional, com indicação da duração, em horas, cursos, estágios, seminários ou outros. De todos os elementos deverá ser feita a respetiva prova, sob pena de não serem considerados pelo Júri;
- c) Declaração emitida pelo serviço a que o candidato pertence, devidamente atualizada e autenticada da qual constem os elementos referidos na alínea b) do número anterior;
- d) Documentos comprovativos da formação profissional.

6.2.1 – Os candidatos da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro estão dispensados de entregar o documento referido na alínea c) do número anterior, sendo o mesmo oficiosamente entregue ao Júri pela Divisão de Recursos Humanos.

6.3 – A não apresentação dos documentos previstos nas alíneas a), b) e c) no item anterior, até ao fim do prazo estabelecido para a apresentação das candidaturas, determinará a exclusão do candidato.

6.4 – Assiste ao Júri a faculdade de exigir a cada candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações, e das informações que considere relevantes para o procedimento.

6.5 – As falsas declarações determinam a exclusão do candidato e serão punidas nos termos da Lei.

7 – Habilitação literária:
Licenciatura.

7.1 – Descrição da habilitação literária:
Licenciatura ou superior.

8 – Perfil exigido:

8.1 – Competência de gestão e coordenação, conforme caracterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na redação atual, e atento o disposto pelo artigo 6.º do Despacho n.º 14092/2012, in DR, de 30 de outubro, conjugado com o estabelecido na alínea b) do artigo 10.º da Portaria n.º 305/2012, de 4 de outubro.

8.2 – Possuir experiência e formação profissional na área funcional do cargo a prover, designadamente em relação ao seguinte: Executar, de acordo com as normas funcionais definidas pelos serviços e organismos centrais, as ações necessárias à receção, aprovação, contratação e acompanhamento dos projetos no âmbito da agricultura, da agroindústria, das florestas, das pescas, do ambiente e do desenvolvimento rural; Executar, de acordo com as normas funcionais definidas pelos serviços e organismos centrais a receção, análise e validação dos pedidos de pagamento dos projetos dos diferentes instrumentos de apoio; Colaborar na recolha de informação relativa à execução dos diferentes instrumentos financeiros de apoio, assim como dos impactos resultantes da sua aplicação; Colaborar na implementação de programas, ações e projetos de apoio aos agricultores e suas organizações, assegurando a qualidade e eficácia da sua aplicação; Participar na promoção e divulgação dos instrumentos financeiros de apoio.

9 – Os métodos de seleção a utilizar são:

- a) Avaliação curricular;
- b) Entrevista pública.

9.1 – A avaliação curricular visa avaliar as aptidões dos candidatos para o exercício de cargo dirigente na área para que o procedimento concursal é aberto, com base na análise do respetivo currículo, sendo obrigatoriamente apreciados os seguintes fatores:

- a) Habilitação Académica;
- b) Experiência Profissional Geral;
- c) Experiência Profissional Específica;
- d) Formação Profissional Geral;
- e) Formação Profissional – Cursos Específicos.

9.2 – A entrevista pública de seleção visa avaliar numa relação interpessoal e de forma objetiva e sistemática as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, de acordo com as exigências e responsabilidades do cargo a prover, e a sua valoração resultará da soma das pontuações obtidas em cada um dos fatores a seguir indicados:

- a) Sentido crítico;
- b) Competência técnica;
- c) Expressão e fluência verbais;
- d) Motivação.

9.3 – Os critérios de apreciação e ponderação de cada um dos métodos de seleção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constarão dos relatórios de reunião do Júri do procedimento concursal, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

10 – Composição do Júri – O Júri é constituído de acordo com o estabelecido nas alíneas a) a c) do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na redação atual, e tem a seguinte constituição:
– Eng.ª Ana Maria Duarte Serejo, Diretora de Serviços de Investimento da DRAP Centro, que preside;
– Eng.º Pedro Maria Baptista Lino Caetano, Diretor de Serviços de Investimento da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;
– Professor António José Fonseca Gaiola, da Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

11 – Nos termos do preceituado no n.º 13 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na redação atual, o presente procedimento concursal é urgente e de interesse público, não havendo lugar à audiência de interessados.

12 – Findo o procedimento concursal, o Júri elabora a proposta de designação com a

indicação das razões por que a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, na redação atual.

13 – O provimento do respetivo lugar será feito por despacho do Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Centro, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, renovável por iguais períodos de tempo.

14 – O presente procedimento concursal é publicado em órgão de imprensa de expansão nacional, na 2.ª série do Diário da República e na Bolsa de Emprego Público - BEP.

15 – Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Castelo Branco, 11 de outubro de 2021.

O Diretor Regional,
(Fernando Carlos Alves Martins)

Admitidos

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		

Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		
